

# TEXTOS NORTEADORES DOS GRUPOS DE DISCUSSÃO (GDs)

Os Grupos de Discussão ocorrerão em dois dias – dias 19 e 20 de abril - com duas horas de duração (10h30 às 12h30). Além da leitura, análise e aceite dos trabalhos inscritos a coordenação do GD teve sob sua responsabilidade a elaboração de um texto delineando o perfil e problematizando as questões centrais dos trabalhos inscritos. Esse texto será o norteador das reflexões e discussões do GD, substituindo a mera apresentação individual dos trabalhos.

## **GD Diversidade étnico-racial e ensino de história: história e cultura afro-brasileira e africana na sala de aula**

Local: Sala 3102 FaE/UFMG

Profa. Dra. Maria Telvira da Conceição (Universidade Regional do Cariri/URCA)

Profa. Ms. Priscila Dias Carlos (RME São Paulo/SP)

Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas(UEPB/Campus Guarabira)

A Lei 10.639/003 ao alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9.394/96 transformou a gestão da educação, visto que o sistema nacional de educação passou a dar conta de uma série de atribuições para então fazer valer o que se propõe essa lei. A primeira vista a obrigatoriedade de as escolas da educação ensinarem história e cultura afro-brasileira e africana soa como um contrassenso, haja vista os povos africanos ser uma das matrizes constitutivas do Brasil e a cultura afro-brasileira fazer parte do universo cultural brasileiro.

Nesse sentido, ensinar e aprender sobre história e cultura afro-brasileira e africana na escola da educação básica deveriam ser um fato natural, sobretudo, porque se trata de uma história e cultura que está na constituição física e cultural do Brasil e dos/as brasileiros/as, na vida cotidiana, e no fazer dessa gente. Mas desde outrora distante das salas de aulas.

No entanto, a obrigatoriedade estabelecida pela Lei 10.639/003 de que os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana sejam incluídos no currículo escolar não garante que estes estão, e que a lei está sendo cumprida a contento. Os trabalhos apresentados nesse GD trazem para o debate questões passíveis de discussões, haja vista, revelarem a problemática do fazer que a Lei 10.639/003 provocou no sistema educacional brasileiro, sobretudo, na prática de quem está na ponta final desse sistema, o/a professor/a e seu fazer em sala de aula.

Os trabalhos que compõem esse GD são reveladores de que a discussão em torno da diversidade étnico-racial e mais especificamente da implementação da história e cultura afro-brasileira e africana na escola da educação básica está na ordem do dia da educação brasileira, seja para afirmá-la no currículo escolar, conforme determina a lei, ou para negar. O importante é que professores/as e gestores/as da educação estão inquietos/as, incomodados/as e repensando, refazendo ou não suas práticas em salas de aula se o conjunto dos que compõem as escolas estão refazendo os currículos escolares.

Desde 2003, ou antes, as discussões também passaram a fazer parte do cotidiano de professores/as nas universidades, visto serem estas instituições as responsáveis pela formação dos/as profissionais que atuam na educação básica.

No geral o ponto de partida das discussões que os trabalhos trazem é a lei 10.639/003 sua implementação na rede de ensino, e os desdobramentos desse processo. A partir de então apontam algumas questões dignas de discussões e assim fomentam o debate em torno das contribuições que a efetivação dessa lei proporcionará a educação brasileira e a formação dos sujeitos/cidadãos. Portanto, são dignas de notas as seguintes questões:

a) A implementação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar. Apesar de a Lei 10.639/003 o determinar, portanto, este fazer parte de uma política pública voltada para as populações negras, denominada de ações afirmativas. (I) No entanto, o fazer de professores/as com esse conteúdo na escola nem sempre é encarado como parte de uma política pública, e que, portanto, tem uma resolução do CNE, e as diretrizes curriculares que o orienta. No geral, o fazer na ponta final é apontado como fruto da vontade um/a professor/a ou grupo de professor/a numa determinada escola. (II) Ainda com relação a essa questão são pertinentes a não formação continuada de professor/a para lidar com história e cultura afro-brasileira e africana na sala de aula. A não

formação é apontada como a responsável pela não efetivação desse conteúdo no currículo escolar. (III) Por outro lado quando o professor/a passou por uma formação específica não há garantia de que mude sua prática na perspectiva de implementação da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar. (IV) As práticas existem, no entanto, são pontuais, não tem continuidade. (V) O material didático é outro aspecto responsável pela não efetivação do que obriga a lei 10.639/003. Esse existe, mas nem sempre professores/as tem acesso ou o utiliza em sala de aula, sobretudo, quando está descolado do livro didático que utiliza. (VI) Nesse sentido outra questão apontada nos trabalhos é o deslocamento dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana do currículo escolar. Esses são pensados como estando fora da escola, por isso, não são incluídos no currículo, mas trabalhados no currículo oculto, o que faz com que seja uma ação isolada, esporádica e pontual. (VII) Mas há uma luz no fim do túnel, algumas experiências de implementação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana a partir da construção de um novo currículo, menos eurocêntrico, mas atento as diversidades existentes na sociedade, na comunidade onde a escola está inserida e na sala de aula.

b) A relação entre ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e a construção da identidade étnico-racial. Essa questão talvez seja a mais desafiadora para professores/as em sala de aula, porque diz respeito a quebrar com mito da democracia racial latente no imaginário coletivo dos/as brasileiros/as, e como parte desse povo, o/a professor/a resiste em enxergar as diferenças étnicas e afirmação identitária como algo positivo. É como se afirmar negro/a colocasse em risco a identidade nacional brasileira. (I) Nessa questão, alguns aspectos são elencados como construtores/as colaboradores da identidade étnico-racial e compreensão dessa história e cultura, o papel das mídias. Essas são utilizadas em salas de aula por professores/as para discutir sobre história e cultura afro-brasileira e africana. (II) Ainda com relação à questão do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e a identidade étnico-racial são pertinentes os seguintes aspectos: o ensino desse conteúdo em escolas localizadas nas periferias das cidades urbanas e rurais. (III) A prática de professores e as abordagens dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana na sala de aula. Pensar a África nas suas especificidades e diversidades ainda é um desafio para professores/as em sala de aula. Que África está em nós e que África se ensina em sala de aula? No geral esses conteúdos são abordados a partir dos diversos temas: religiões afro-brasileiras, escravidão, abolição da escravidão, história da África, relações raciais e de gênero, e racismo.

c) Formação de Professores. A lei 10.639/003 também incidiu sobre as universidades; espaços por excelência de formação de professores/as para a educação. Logo, pensar sobre a formação de professores/as e a relação com a história e cultura afro-brasileira e africana nesse espaço tem sido tema de discussão. No entanto, as discussões têm sido limitadas a formação de professores/as de História. Poucas pesquisas se dedicam a pensar outras áreas das licenciaturas, a exemplo de pedagogia, geografia, artes, matemática, química, biologia, literatura e línguas.

d) Material Didático. Questão pertinente com a história e cultura afro-brasileira e africana. Pois tem sido analisado a partir dos seguintes aspectos. (I) Produção, o que se tornou mais frequente a partir de 2003, quando editoras e professores/as envolvidos na escrita didática passaram a dedicar maior atenção na perspectiva de atender a uma demanda estabelecida pela lei 10.639/003. (II) O material didático como fonte de pesquisa, uma vez que passou a pesquisas ser objeto de análise de pesquisadores/as com o objetivo de perceber se este atende ou não os requisitos dessa lei como abordam os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana, que imagens são reproduzidas acerca da África, dos africanos e das pessoas negras no Brasil?

e) As Fontes e as Metodologias utilizadas no ensino de história e cultura afro-brasileira e africana são diversas. Em meio ao desafio colocado aos/as professores/as práticas em sala de aula são permeadas por diferentes métodos, estratégias e recursos; comumente os que estão a alcance de cada professor/a e nesse fazer, constroem seu próprio material didático e método. Não há um único caminho a ser seguido, mas possibilidades são construídas. Assim é comum o uso de filmes, músicas, obras literárias, poesias, e jogos.

Os trabalhos que compõem esse GD apontam outras grandes questões: o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana ocorre de modo fragmentado; são dissociados das políticas de ações afirmativas para negros/as, embora na sua maioria reconheça os movimentos sociais negros como protagonistas das transformações que tem ocorrido na educação, sobretudo, no que diz respeito à lei 10.639/003. No entanto, efetivá-la não é tarefa desses movimentos, mas da sociedade como um todo. Outra grande questão é a manutenção do mito da democracia racial; superá-lo não depende unicamente da prática de professores/as em sala de aula, mas da ação do conjunto de instituições sociais, a exemplo das famílias, dos meios de comunicações, das igrejas e do Estado. Tais instituições são produtoras e disseminadoras de ideologias e nem sempre acompanham o que se faz na escola, mas caminha na contra mão desta. Eis porque o fazer do /a professor é desafiador, ele destoa do que as demais

instituições pensam e agem com relação a história e cultura afro-brasileira e africana, basta que fiquemos para as representações, os discursos e as práticas destas instituições. De modo pontual, os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana estão sendo implementados nas escolas públicas, particulares, urbanas e rurais. No entanto, esse fazer nem sempre efetiva ou aponta para a educação das relações étnico-raciais, conforme aponta a resolução CNE, nº 01/2004 e as Diretrizes Nacionais para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.